



BOLETIM INFORMATIVO Nº 07/2025

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Tema Principal:

- ♦ Participação de Cooperativas em Licitações Públicas.

Base Legal:

-  Art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

O que diz a Lei nº 14.133/2021?

Cooperativas podem participar de licitações quando:

- ✓ Estiverem regularmente constituídas, conforme:
 - Lei nº 5.764/1971
 - Lei nº 12.690/2012
 - LC nº 130/2009
- ✓ Comprovarem atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas;
- ✓ Qualquer cooperado qualificado puder executar o objeto (vedada indicação nominal);
- ✓ No caso de cooperativas de trabalho, o serviço deve constar do objeto social e ser executado de forma complementar.

Como agir corretamente?

- ✓ O Termo de Referência deve prever, **expressamente**, a possibilidade ou vedação de participação de cooperativas;
- ✓ Em caso de **vedação**, deve haver **justificativa**;
- ✓ Se permitida, o TR deve **indicar os documentos exigidos para a habilitação**, conforme o art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Riscos de irregularidades:

- ✗ Fraude trabalhista → Quando há mera intermediação de mão de obra.
- ✗ Indicação nominal de cooperados → Viola a lógica do mutualismo.
- ✗ Objeto incompatível → Gera nulidade e risco de responsabilização.

Importante lembrar:

- ♦ Cooperativa não é empresa. Sua participação exige análise cuidadosa da legalidade e da atuação cooperada real.

 "A boa gestão das contratações públicas depende da atualização contínua sobre jurisprudência e boas práticas."